

# análise de conjuntura



## Política Monetária

ROBERTO LUIS TROSTER (\*)

A política monetária pode ser vista de duas maneiras. Uma é a visão conjuntural, sempre presente, focada na taxa de juros e em indicadores de curto prazo, que manifestam volatilidade. A outra concepção, mais importante, é a da contribuição do mercado financeiro ao futuro do Brasil, um País que possui as condições necessárias e nenhum obstáculo intransponível para apresentar um crescimento expressivo.

O sistema financeiro brasileiro e o Banco Central estarão atuantes no Brasil não só em 2010 como também em 2020 e depois. Especialistas do mundo inteiro são unânimes em afirmar que um bom sistema bancário é fundamental para o desenvolvimento. Passada a crise, todos fizeram a mesma pergunta: “o que poderia ser melhorado?”. A

resposta mais contundente veio dos Estados Unidos. Seu projeto de reforma tem mais de duas mil páginas, com melhorias no controle do risco e a criação de uma agência para a proteção ao consumidor financeiro, a inovação mais comentada do projeto.

O novo órgão terá independência e autoridade. Fixará regras exigindo mais transparência dos produtos financeiros, coibirá abusos e evitará os empréstimos predatórios, responsáveis pela crise na economia norte-americana. O objetivo da reforma é construir uma base sólida para um crescimento sem sustos do crédito e do país.

No Brasil, a avaliação da crise foi superficial e com um tom ufanista proclamando a solidez do sistema financeiro nacional. A bem da ver-

dade, considerando que aqui não havia exposição aos derivativos que originaram as dificuldades no exterior, não havia razão para ter problemas. Seria uma surpresa se fosse o contrário. O ponto principal dos debates, “o que poderia ser melhorado?”, foi ignorado, e a criação de uma agência semelhante à norte-americana sequer foi discutida publicamente.

É fato que o sistema financeiro brasileiro é sólido, sofisticado e tem abrangência nacional. Entretanto, a sua utilização é baixa. Ilustrando o ponto, mais da metade do crédito pessoal é do consignado de funcionários públicos, e uma pesquisa do Sebrae aponta que apenas 12% das pequenas e médias empresas usam financiamento de bancos enquanto 45% usam o cheque pré-datado. São números que incomodam.

Além de baixa, as estatísticas mostram que a relação crédito/PIB para esses pequenos tomadores está praticamente estagnada. A expansão atual dos financiamentos é dos grandes. É paradoxal, pois é a base da pirâmide que deveria apresentar o maior crescimento e é o que dá mais sustentabilidade à economia.

A criação no Brasil de uma agência inspirada na norte-americana poderia melhorar o quadro acima, complementar a atividade dos Procons, do IDEC e do Banco Central, fomentando o crédito responsável, padronizando produtos e corrigindo distorções existentes. Deveria ter como objetivo uma atuação equilibrada de proteção a consumidores, criação de condições adequadas para uma oferta de crédito segura e promoção de melhorias institucionais na intermediação.

O Brasil apresenta números fracos em distribuição de renda e em crescimento, números que podem e devem ser melhorados para que assim contribuam para o desenvolvimento. A experiência internacional mostra modelos de crescimento de sucesso em que a desconcentração contribui para o crescimento com a incorporação da base da pirâmide social.

A evidência empírica mostra que a bancarização tem impactos positivos no crescimento e na distribuição de renda. O acesso a serviços bancários facilita a inserção econômica, fomenta a formalidade, disponibiliza o crédito de consumo e de investimento, serviços de pagamento e cobrança e seguros, além de eliminar a agiotagem. Assim, promover a bancarização é fomentar a inclusão, a cidadania e o crescimento.

O sistema bancário brasileiro tem um desempenho assimétrico. De um lado, tem um sistema de pagamentos moderno e eficiente, comparável aos melhores do mundo. Entretanto, as políticas bancárias para a base da pirâmide têm sido ambivalentes. A caderneta de poupança é um caso de sucesso há décadas, ao permitir o acesso à poupança para toda a população, em alguns bancos sem um valor mínimo, algo que poucos países oferecem. Por outro lado, o acesso ao crédito livre é caro em decorrência da tributação, de subsídios cruzados e do quadro institucional.

A atual política mostra retrocessos e avanços. Por um lado, elevou o PIS-Cofins, aumentou os compulsórios e os subsídios cruzados e encareceu a tributação do pequeno aplicador. Por outro, destacou-se

no esforço macroeconômico, na impulsão do crédito em consignação e na conta simplificada, na cédula de crédito bancário. Há a obrigação de mais avanços, de fazer acontecer, de pensar em 2020.

A política atual de “deixar como está para ver como é que fica” é inconsequente; o que está acontecendo no resto do mundo deveria servir de alerta. Lembremos que a solidez de um sistema bancário vem da composição de seus balanços, bem como da base econômica subjacente, onde o crédito é um dos pilares.

(\*) FIPE. (E-mail: robertotroster@uol.com.br).

*O artigo da seção Análise de Conjuntura foi escrito em 16/08/2010.*